



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 55/XI/ 2.^a SL

Aos 20 dias do mês de Dezembro de 2010, pelas 17:30 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

1. Audição do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, após a realização do Conselho Europeu de 16 e 17 de Dezembro;

Na ausência do Sr. Presidente no início da reunião, o Sr. Vice-Presidente Carlos Costa Neves (PSD) iniciou a reunião, dando as boas vindas ao Sr. Secretário de Estado.

Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Secretário de Estados dos Assuntos Europeus, Dr. Pedro Lourtie, deu conta das conclusões do Conselho Europeu, na linha do que tinha sido já antecipado na semana anterior em sede de reunião da CAE, destacando: o acordo sobre o texto de uma alteração limitada ao Tratado de modo a permitir que os Estados-Membros da área do euro criassem um mecanismo permanente para salvaguardar a estabilidade financeira da área do euro no seu todo (Mecanismo Europeu de Estabilidade), "Projecto de Decisão do Conselho Europeu que altera o artigo 136.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia no que respeita a um mecanismo de estabilidade para os Estados-Membros cuja moeda seja o euro" (Anexo I às Conclusões do CE). Este mecanismo substituirá o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF) e o Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF). A adopção formal da referida decisão ficou prevista para Março de 2011, a conclusão dos procedimentos de aprovação nacionais até finais de 2012 e sua entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2013. Para tal, os trabalhos relativos ao

acordo intergovernamental que cria o futuro mecanismo deverá estar concluído até Março de 2011; a decisão de duplicar o capital subscrito pelo Banco Central Europeu (BCE), que foi saudada e apoiada pelos Chefes de Estado e de Governo europeus da zona euro; o acordo sobre a declaração dos Chefes de Estado ou de Governo da área do euro e das instituições da UE sobre a estabilidade da zona euro (Anexo III às Conclusões do CE). Procedendo a um balanço, que designou de factual e realista, do que se passou em 2010 com a crise das dívidas soberanas, salientou o facto dos Estados-Membros da zona euro terem conseguido chegar a acordo sobre regras de governação económica e de coordenação macro-económica e sobre a criação de um mecanismo permanente de estabilização, medidas que, a um ano de distância, dificilmente se teria previsto que pudessem ter sido decididas de uma forma tão rápida e ampla. Sublinhou também o facto de o BCE ter vindo a reforçar a sua actuação, tendo em vista a estabilidade da zona euro. Afirmou que para a zona euro se desenvolver teria de se desenvolver uma verdadeira união económica, que requeria a gestão conjunta de muitas variáveis económicas e o combate aos défices estruturais. Salientou também a preparação do Conselho Europeu da Primavera; o facto de o Conselho ter decidido conceder ao Montenegro o estatuto de país candidato, ter condenado os actos de violência perpetrados desde a segunda volta das eleições presidenciais na Costa do Marfim, ter-se congratulado com o desfecho bem sucedido da Cimeira do Clima em Cancun, que constituiu um importante avanço em relação à Cimeira da Dinamarca e que se espera venha a progredir na Cimeira da África do Sul, nos esforços globais tendentes a alcançar o objectivo acordado de manter o aumento da temperatura mundial abaixo de 2.º C.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) questionou o Sr. Secretário de Estado sobre o pacote das cinquenta medidas adoptadas pelo Governo português em sede de Conselho de Ministros na véspera do Conselho Europeu e quis saber se estariam a ser preparadas mais medidas para o futuro próximo. Fez um balanço de 2010 e considerou que o Governo português adoptou uma atitude reactiva, procurando adaptar-se às circunstâncias, em vez de antecipar-se de forma estratégica e previu que o mesmo acontecesse no futuro com as medidas adicionais que se esperavam. Apelou a que o Governo, detentor de informação privilegiada, tomasse medidas estruturais, em vez de adoptar medidas circunstanciais que resolviam os problemas presentes, sem, contudo, garantir a sustentabilidade da solução, citando o exemplo, já anunciado, da alteração da legislação laboral, que o tecido empresarial nem tem reivindicado, nem crê que seja determinante para a promoção do crescimento da economia. Por fim, quis saber qual era a próxima área em que o Governo tencionava actuar. Em relação ao orçamento da UE, perguntou como é que se pretendia conciliar as novas competências e funções atribuídas à União,

designadamente com a Europa 2020, sem um aumento do orçamento. Quis ainda saber como é que o Governo português encarava a união económica, a questão da idade da reforma e da harmonização fiscal e, por fim, perguntou qual seria o papel que caberia aos Estados no futuro desenvolvimento da UE e até onde e em que sentido se deveria evoluir.

O Sr. Deputado Alberto Costa (PS) atentou em duas ideias, a da revisão do Tratado de Lisboa e a da criação do mecanismo de estabilização da zona euro. Relativamente à primeira, considerou que o primeiro ano de vigência do Tratado de Lisboa fora negativamente marcado pela antecipação das decisões políticas por parte do Conselho Europeu em relação ao Pacote sobre a governação económica, dificultando o pleno exercício das competências em que se baseava o equilíbrio interinstitucional europeu, conforme previsto no próprio Tratado de Lisboa, antecipando e presidencializando o processo legislativo europeu, em detrimento do papel da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu. No que concerne a criação do mecanismo de estabilidade, considerou relevante que os Parlamentos nacionais se pronunciassem até 31 de Março para que não se perdesse o acervo que deu origem ao próprio Tratado de Lisboa. Alertou para a necessidade de se examinar tanto o enquadramento constitucional, como a regulamentação de fundo e insistiu na necessidade de se envolverem os Parlamentos nacionais neste debate, antes de se fixarem ideias, cuja alteração é sempre mais difícil. Considerou que o processo legislativo tem sido desvirtuado do espírito do Tratado de Lisboa, pela antecipação por parte do Conselho Europeu, também em prejuízo dos Estados com menos poderes, da Comissão Europeia e do Parlamento Europeu, como já referido. Considerou que o debate entre os Parlamentos nacionais, a Comissão e o PE poderia constituir uma linha positiva e com virtualidades para o fim em causa e recordou que a UE beneficiou sempre que se ultrapassou a visão unicamente intergovernamental.

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) questionou as verdadeiras intenções das cinquenta medidas adoptadas pelo Conselho de Ministros na véspera do Conselho Europeu, nomeadamente se não seriam facilitadoras de despedimentos e afirmou que a questão dos despedimentos não constituía um freio para o problema da competitividade da economia portuguesa. Insistiu, perguntando que outras medidas se perfilavam para serem anunciadas em breve. Recordou a publicação de um estudo da OCDE que identificava Espanha como a próxima economia a dar sinais de crise, recomendando a alteração do limite da idade da reforma de 65 para 67 anos, devido à questão demográfica, e elogiando os dados referentes à evolução dos dados sobre a educação em Portugal. Partilhou das ideias expressas pelo Sr. Deputado Alberto Costa (PS) acerca do processo de revisão do Tratado de Lisboa e

comentou a afirmação do Sr. Secretário de Estado no sentido de existir um compromisso dos Estados-Membros para preservar a zona euro. Quis saber da relação entre o fundo europeu de estabilização financeira e o mecanismo permanente agora aprovado e que se prevê entrar em vigor em 2013 e qual era a posição do Estado Português sobre esta questão e em relação à posição alemã sobre a impossibilidade, por um lado, de se reforçar aquele fundo para que a UE possa actuar no caso de acontecer um caso análogo ao da Grécia e da Irlanda e, por outro lado, de se emitirem *eurobonds*. Considerou tratar-se de um mecanismo-garrote para as economias europeias e que a emissão de dívida pública europeia continuava a ser um debate adiado. Referiu que a reforma do PEC era estrutural e profunda e que conduziria a políticas recessivas, retirando capacidade de decisão política aos Parlamentos.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) considerou que a UE se estava a transformar numa organização demasiadamente preocupada com as questões económicas e regozijou-se pela atribuição de estatuto de país candidato ao Montenegro, alertando para a necessidade de gerir convenientemente o pedido de adesão por parte do Kosovo, chefiado pelo actual Primeiro-Ministro. Referiu que a adesão de um Estado à UE deveria continuar a acontecer mediante o cumprimento dos critérios conhecidos e deveria basear-se na existência de uma relação de confiança entre os vários interlocutores. Quis saber em que fase estava o debate sobre a harmonização fiscal europeia e, por fim, citou uma notícia veiculada pela comunicação social sobre declarações de um economista alemão que teria afirmado que não seria negativo se Portugal, a Grécia e a Irlanda saíssem do euro. Desejou aos presentes umas boas festas e regozijou-se pela presença do Sr. Secretário de Estado nas reuniões da CAE durante 2010.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) comungou da última preocupação expressa, levantando reservas sobre o acesso à informação e a percepção acerca da matéria em debate ao nível europeu, nomeadamente sobre a ideia da suspensão de Estados-Membros do euro; a ideia de uma nova moeda para Itália, Espanha, Portugal, Grécia, Irlanda, e até França; e a possibilidade de reestruturação da dívida. Relativamente à revisão do Tratado de Lisboa, um Tratado que teria sido feito para os próximos cinquenta anos, quis saber dos trâmites do processo de revisão e de ratificação, por referendo ou apenas por ratificação parlamentar. Perguntou ainda o que diferenciava o fundo europeu de estabilidade financeira e o fundo decorrente do mecanismo permanente de estabilidade financeira criado pelo Conselho Europeu, e quis saber acerca da possibilidade da inclusão de um automatismo no sistema de sanções, conforme constante do pacote sobre a governação económica.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS/PP) expressou a sua opinião política sobre o futuro da UE e mostrou-se contrário ao recurso, por parte de Portugal, ao referido mecanismo/fundo, defendendo que o país deveria sair da crise pelo seu próprio pé e que a perda de soberania só deveria ocorrer numa situação em que não se conseguisse estancar a subida da dívida pública. Reforçou a ideia de que, por razões de competitividade, não se deveria abdicar da soberania fiscal.

O Sr. Secretário de Estados dos Assuntos Europeus, sobre a recente aprovação de cinquenta medidas estruturais para o reforço da competitividade do país, recordou que o Sr. Primeiro-Ministro dissera que não estavam previstas novas medidas. Referiu o facto de se tratar de um trabalho que se tem vindo a desenvolver há algum tempo e já com resultados nalgumas áreas. Notou, contudo, que ao longo de 2010, muitas tinham sido as vozes que apelaram a que o Governo reformasse umas áreas, num determinado sentido (por exemplo, a redução dos custos na função pública e a sustentabilidade das finanças públicas) e, mais tarde, apelavam a outro tipo de abordagem (por exemplo, a reforma do mercado laboral), considerando que o Governo tem feito um esforço sério de reforma do país e que o contexto era difícil, sendo exigível que os governos agissem e bem. Citou o caso da reforma do sistema de pensões, em que Portugal fora mais ambicioso que muitos Estados-Membros, integrando o factor de sustentabilidade na adaptação das reformas à esperança média de vida europeia. Informou que, à margem do Conselho Europeu, um grupo de Estados-Membros promoveram a elaboração de uma proposta que defendia a limitação do orçamento da UE, lamentando essa iniciativa e afirmou que Portugal tudo faria para garantir um orçamento aceitável para a UE. Recordou a impossibilidade da UE aprovar a Estratégia 2020, fazer dela uma prioridade para o crescimento sustentável da Europa, e não garantir meios para a executar. Relativamente ao pacote sobre a governação económica, concordou que se assistiu, em 2010, a uma antecipação do processo legislativo europeu pelo Conselho Europeu, situação que devia ser evitada, uma vez que o Conselho Europeu não foi criado para desempenhar essa função, apesar de reconhecer não se viver uma situação regular, que exigiu do Presidente do Conselho Europeu uma actuação mais célere do que seria normal. Relativamente à revisão do Tratado de Lisboa, referiu tratar-se de uma emenda de que muitos Estados não sentiram necessidade, mas que decorreu na sequência da iniciativa de um Estado (Alemanha) que a considerou imprescindível para dar enquadramento jurídico ao mecanismo permanente de estabilidade. Uma vez que se refere à Parte II do Tratado, tratar-se-á de um processo simplificado de revisão, ou seja, depois de consultadas as instituições europeias envolvidas no processo legislativo, será submetida à ratificação de cada Estado-Membro. Tendo em conta o actual contexto

e o objectivo que se persegue, considerou que o envolvimento dos Parlamentos nacionais seria bem-vindo, mas que teria de ocorrer no quadro das suas tradicionais relações com o governo e com as instituições europeias e afirmou que, um processo de revisão ordinário, abriria a porta a propostas de alteração que poderiam por em causa questões consideradas importantes por Portugal. No que concerne o estudo da OCDE, citou o facto de Espanha estar a trabalhar na reforma da segurança social, que Portugal já antes levava a cabo. Sobre o fundo de estabilização financeira, referiu que os Estados-Membros farão tudo o que for necessário para manter a zona euro estável. Sobre os *eurobonds*, referiu que o debate ocorreu, que alguns Estados-Membros expressaram as suas posições e outros manifestaram as suas reservas e considerou que a via dos *eurobonds* poderia ter várias nuances, por exemplo, para projectos específicos. Por fim, referiu a possibilidade prevista na declaração anexa às Conclusões do Conselho Europeu sobre uma eventual participação do sector privado no Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, a partir de meados de 2013, e salientou a necessidade de se aprofundar o mecanismo em apreço com vista a uma união económica mais efectiva. Sobre o Kosovo, expressou as suas preocupações e referiu o facto de não ser um Estado reconhecido por todos os Estados da UE e afirmou que o alargamento deveria prosseguir, mas no estrito cumprimento dos critérios conhecidos. Esclareceu que a ideia da saída de Estados da zona euro e da criação de uma segunda moeda não tinha nunca sido alvo de debate nas reuniões ao nível europeu. Concordou com a ideia de que Portugal deveria conseguir sair da crise pelos seus próprios meios e que não havia nenhuma reestruturação anunciada da dívida. Atribuiu maior relevância ao anexo II das Conclusões do Conselho Europeu (Características gerais do futuro mecanismo – Declaração do Eurogrupo de 28 de Novembro de 2010) do que propriamente à proposta de revisão do Tratado de Lisboa e sugeriu que talvez fosse útil que a CAE reunisse com o Sr. Ministro das Finanças, que estará a trabalhar sobre esta questão até Março de 2011.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) quis saber do conteúdo da alteração ao Tratado de Lisboa e se seria o ECOFIN a definir as características do fundo em apreço. Registou a posição do Governo Português contrária à diminuição do orçamento da UE e quis saber se já expressara essa posição em sede europeia e até onde poderia ir se aquela posição tivesse vencimento, questionando, nomeadamente, o futuro da Estratégia 2020, e a aceitação, por parte de Portugal, do alargamento da UE. Perguntou também se estaria a referir-se ao Reino Unido, à Alemanha e à França quando citou a posição de Estados que defendiam que até 2020 não deveria haver um aumento do orçamento da UE.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) insistiu em saber do enquadramento da recente apresentação das cinquenta medidas pelo Governo Português e, sobretudo, desde quando estavam previstas e se teriam sido uma exigência do Conselho Europeu ou da iniciativa do Governo.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) referiu que o Reino Unido, a Alemanha e a França defendiam uma redução da sua contribuição para 0,85% do PIB para o orçamento da UE e quis saber da posição de Portugal sobre esta questão e o reflexo desta ideia para o apoio que Portugal recebe através dos fundos estruturais.

O Sr. Secretário de Estados dos Assuntos Europeus recordou que, processualmente, a proposta para o próximo orçamento da UE seria apresentada pela Comissão Europeia, sendo depois objecto de debate em sede de Conselho e de Parlamento Europeu e insistiu que a questão não fora tratada no Conselho Europeu, mas que o grupo dos referidos Estados-Membros terá circulado uma carta/proposta nesse sentido à margem do Conselho, o que, considerou, merecia reflexão. Salientou que, na ausência de meios, os desafios e as ambições teriam de se ajustar em conformidade. Referiu que os próximos meses seriam dedicados ao debate do mecanismo permanente de estabilidade. Sobre as cinquenta medidas, esclareceu que não fora uma solicitação do Conselho Europeu, não constava da agenda, nem tinha reflexo no trabalho do Conselho, mas, explicou que todos os países aproveitavam a presença de todos os Estados da UE para informarem os seus congéneres das reformas internas que prosseguem. Sobre o orçamento, lamentou o anúncio feito pelos Estados citados e referiu que o assunto teria de passar a ser debatido em sede própria. Por fim, desejou umas boas festas e um melhor 2011 a todos os membros da CAE.

O Sr. Presidente Vitalino Canas (PS) retribuiu os votos e registou com agrado a disponibilidade expressa pelo Sr. Secretário de Estado para debater com o Sr. Ministro das Finanças e com a CAE e a questão do mecanismo permanente de estabilidade. Encetou, subsequentemente, a II Parte da ordem do dia.

II Parte

2. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias

A Sra. Deputada Cecília Honório (BE) pronunciou-se acerca da COM (2010) 607 - Proposta de Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Directiva 2000/25/CE no que diz respeito as disposições aplicáveis aos tractores introduzidos

no mercado ao abrigo do regime de flexibilidade, e considerou que, tendo em conta que as 7.^a e 9.^a Comissões não se pronunciaram, na sua esfera de competências, sobre esta iniciativa e tendo em conta o objecto da mesma, não existia fundamento político para a emissão de Parecer pela AR, pelo que, no seu entender, o processo de escrutínio se encontrava concluído.

O Sr. Presidente colocou à votação este Parecer, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD, CDS/PP e BE.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) apresentou o seu Parecer relativo à COM (2010) 611 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1406/2002, que institui a Agência Europeia de Segurança Marítima, tendo em conta o Relatório da 3.^a Comissão e alertou para o facto de este Relatório não referir que as funções da Agência Europeia de Segurança Marítima (AESM) poderiam entrar em conflito com as funções do Estado Português, designadamente no referente à criação de uma guarda costeira e que a AESM deveria usar de forma mais eficiente os meios que tem ao seu dispor.

O Sr. Presidente considerou relevante a referência aludida pelo Sr. Deputado autor do Parecer da CAE, considerando não haver base jurídica no Tratado de Lisboa para a criação de uma guarda costeira europeia.

O Sr. Deputado Pedro Brandão Rodrigues (CDS/PP) manifestou-se contrário à criação de uma guarda costeira nacional, considerando que a Marinha tem desempenhado bem essa função, apoiando a posição do Sr. Deputado autor do Parecer da CAE.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) alertou para o facto de o Parecer não fazer referência à importante questão da plataforma continental.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) mostrou-se disponível para proceder a um aditamento, no ponto 8 do Parecer, nos seguintes termos "A criação da Guarda Costeira Europeia, em sobreposição às entidades de segurança nacionais, tem também de ser analisada e avaliada do ponto de vista jurídico, nomeadamente do seu enquadramento no âmbito do Tratado de Lisboa. Portugal, que espera ver proximamente a sua plataforma continental alargada para quatro milhões de Km², acompanhará este tema com especial atenção".

O Sr. Presidente colocou o Parecer, com a acima mencionada alteração, a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP.

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) apresentou o seu Parecer relativamente à COM (2010) 597 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 648/2004 no que diz respeito a utilização de fosfatos e de outros compostos fosforados em detergentes para a roupa de uso doméstico, salientando que seria da responsabilidade das autoridades nacionais a adaptação do regulamento à legislação nacional, designadamente na definição dos teores permitidos para este tipo de fosfatos nos detergentes, considerando que, por esta via, a questão ambiental estaria salvaguardada e poder-se-ia garantir um equilíbrio entre a protecção da indústria e o impacto ambiental.

O Sr. Presidente colocou o Parecer a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP.

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) apresentou o seu Parecer em relação à COM (2010) 552 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que introduz preferências comerciais autónomas de emergência para o Paquistão, tendo em consideração o Relatório da 6.ª Comissão, assim como o projecto de resolução que fora já realizado sobre esta matéria.

O Sr. Presidente propôs que, quando o Sr. Deputado autor do Parecer referisse a Resolução aprovada pela AR sobre esta matéria, substituísse "Extracto da Resolução aprovada por unanimidade pela 6.ª Comissão" por "Extracto da Resolução aprovada por unanimidade pelo Plenário". Registando o assentimento do Sr. Deputado autor do Parecer, colocou o Parecer a votação, assentando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) quis saber o que significava a expressão referida na alínea b) do n.º 2 das Conclusões: "Que o período referente às medidas apresentadas seja transitório e limitado no tempo".

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) tendo em conta a resolução já aprovada, por unanimidade, pelo Plenário da AR, considerou que, sobre a mesma matéria, dificilmente se poderia ir mais longe noutra sede que não a do plenário.

O Sr. Presidente concordou com a abordagem do Sr. Deputado autor do Parecer, apesar de também manifestar dúvidas quanto à transitoriedade das referidas medidas. Colocou o Parecer a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP.

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) apresentou o seu Parecer em relação à COM (2010) 73 - Proposta de acordo interinstitucional entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão sobre cooperação em matéria orçamental, tendo em consideração o Relatório da 5.ª Comissão e aludindo especificamente à necessidade política da atribuição de mais meios orçamentais para que a UE pudesse realizar os seus objectivos, na sequência do Tratado de Lisboa, recordando o debate realizado com dois Srs. Deputados Portugueses eleitos ao Parlamento Europeu no início do mês, em sede de CAE.

O Sr. Presidente colocou o Parecer a votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP e deu início ao ponto 3 da ordem do dia.

3. Nomeação de Deputado Autor de Parecer na CAE, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, relativamente aos seguintes Relatórios e iniciativas europeias:

O Sr. Presidente procedeu à distribuição do Relatório da 9.ª Comissão sobre a COM (2010) 311 - Proposta de Decisão do Conselho relativa à utilização de scanners de segurança nos aeroportos da UE, ao Grupo Parlamentar do CDS/PP, registando a indicação, por parte do Sr. Coordenador do CDS/PP, Deputado Pedro Brandão Rodrigues, do Sr. Deputado João Serpa Oliva para a elaboração deste Parecer. Distribuiu o Relatório da 1.ª Comissão sobre a COM (2010) 662 - Proposta de Decisão do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a lista dos documentos de viagem que permitem a passagem das fronteiras externas e nos quais podem ser apostos vistos e à criação de um mecanismo para elaborar essa lista, ao Grupo Parlamentar do PSD, registando a indicação, por parte do Sr. Coordenador do CDS/PP, Deputado Luís Rodrigues, da Sra. Deputada Luisa Roseira para a elaboração deste Parecer, recordando tratar-se de uma iniciativa que se enquadrava no Protocolo n.º 2, anexo ao Tratado de Lisboa, cujo prazo para envio de parecer às Instituições da U.E. terminaria no dia 7 de Janeiro, devendo ser apreciado na reunião da CAE de 4 de Janeiro. Distribuiu o Relatório da 1.ª Comissão sobre a COM (2010) 624 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que cria um mecanismo de avaliação para verificar a aplicação do acervo de Schengen, nos mesmos termos do anterior, ao Grupo

Parlamentar do PS, registando a indicação, por parte da Sra. Coordenadora do PS, Deputada Ana Catarina Mendes, da própria para a elaboração deste Parecer. Distribuiu a Nota da 8.ª Comissão sobre a não realização de escrutínio relativamente à COM (2010) 511 - Sexto Relatório relativo às estatísticas sobre números de animais utilizados para fins experimentais e outros fins científicos nos Estados-Membros da União Europeia, ao Grupo Parlamentar do PSD, registando a indicação, por parte do Sr. Coordenador do PSD, Deputado Luís Rodrigues, da Sra. Deputada Vânia Jesus para a elaboração deste Parecer. Por fim, distribuiu a Nota da 6.ª Comissão sobre a não realização de escrutínio relativamente à COM (2010) 476 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu - Terceiro Relatório de Monitorização da Reestruturação do sector siderúrgico da Roménia, ao Grupo Parlamentar do PS, registando a indicação, por parte da Sra. Coordenadora do PS, Deputada Ana Catarina Mendes, do Sr. Deputado António Gameiro para a elaboração deste Parecer e passou ao ponto 4 da ordem do dia.

4. Apreciação e votação da acta n.º 54 de 15 de Dezembro de 2010;

O Sr. Presidente colocou a acta à votação, registando a sua aprovação por unanimidade, com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS/PP, e inaugurou o ponto 5 da ordem do dia.

5. Outros assuntos.

O Sr. Presidente informou os membros da CAE das próximas reuniões: a 4 de Janeiro, a reunião ordinária da CAE e no dia 5 de Janeiro, de manhã, a reunião sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011, com a presença do Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, com a Chefe da Delegação da Comissão Europeia em Lisboa, com Eurodeputados Portugueses e com uma delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e uma delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Referiu ainda que, da parte da tarde, estava agendado um debate em plenário dedicado aos Assuntos Europeus.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) manifestou não se recordar da realização do debate sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2010, no ano transacto.

O Sr. Presidente esclareceu que, na Sessão Legislativa anterior, este debate se tinha realizado em Maio, uma vez que a Comissão Europeia, que apenas tomou

posse mais tarde em virtude das eleições para o Parlamento Europeu, em Junho de 2009, apresentara o seu Programa de Trabalho no fim de Março de 2010.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) desejou umas boas festas para todos os presentes.

O Sr. Presidente recordou estarem em falta os seguintes Pareceres: da autoria do Sr. Deputado José Ribeiro (PS) sobre a iniciativa COM (2010) 343 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO, AO PARLAMENTO EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Rumo a uma política europeia global em matéria de investimento internacional (com Relatório da 6ª Comissão), informando que, ao nível europeu, a iniciativa se encontrava em discussão na Comissão competente do PE e o agendamento da sua aprovação se encontrava previsto para o primeiro trimestre de 2010; da autoria do Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) sobre a iniciativa COM (2009) 557 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre o comércio electrónico transfronteiras entre empresas e consumidores na UE (com Relatório da 6ª Comissão), informando que se realizara uma conferência na AR sobre o tema e que se encontravam previstas medidas neste âmbito no Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011; da autoria do Sr. Deputado Honório Novo (PCP) sobre a iniciativa COM (2010) 352 - COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES: Europa, primeiro destino turístico do mundo - novo quadro político para o turismo europeu (com Relatório da 6ª Comissão), informando que, ao nível europeu, se encontrava em discussão na Comissão competente do PE e que o agendamento da sua aprovação se encontrava previsto para Março de 2011.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) lamentou o facto de terem sido apenas atribuídos cinco minutos a cada Grupo Parlamentar para o debate plenário sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011 e a avaliação da Presidência Belga do Conselho da UE, considerando uma distribuição de tempos desproporcional à importância dos temas inscritos na agenda, informando ter colocado a questão também ao nível do seu Grupo Parlamentar.

O Sr. Presidente esclareceu que competia ao Presidente da AR, assistido pela Conferência de Líderes, a fixação das grelhas para os debates plenários, não sendo possível qualquer intervenção por parte das comissões. No entanto, considerou tratar-se de um tema que poderia ser colocado pelos vários membros da CAE

perante os respectivos Grupos Parlamentares, sensibilizando-os para, considerando a amplitude dos temas, a necessidade de ser atribuído mais tempo para este debate, uma vez que os tempos para este tipo de debates não se encontravam regulamentados.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS/PP) mostrou-se solidário com a questão colocada pelo Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) e com a proposta apresentada pelo Sr. Presidente.

A reunião foi encerrada às 20:05 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 2 de Fevereiro de 2011.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
António Gameiro
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Cecília Honório
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ribeiro
Luís Rodrigues
Paulo Pisco
Pedro Brandão Rodrigues
Pedro Duarte
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luísa Roseira
Miguel Vale Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos São Martinho
José Ferreira Gomes
Vânia Jesus